

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9262 | Salvador, terça-feira, 24.02.2026

Presidente em exercício Elder Perez



ENTREVISTA ELIAS JABBOUR

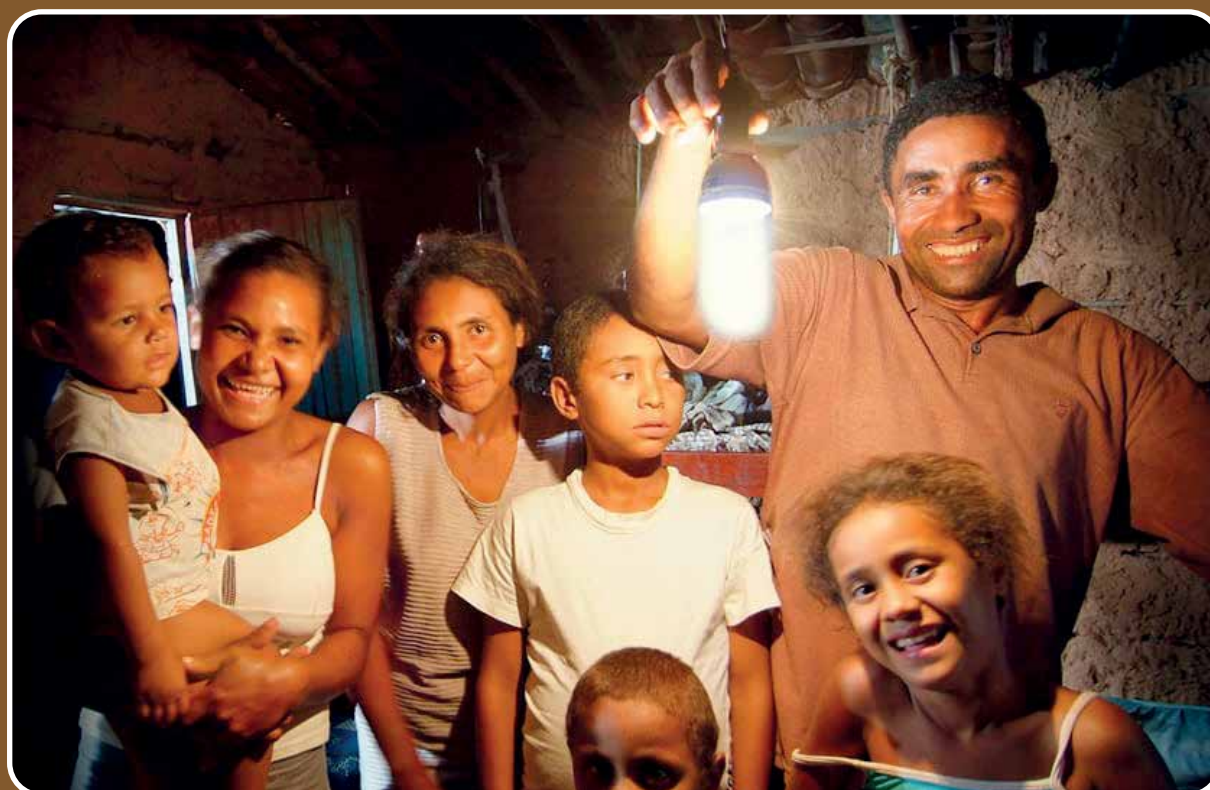
Cenário é favorável ao bancário

Página 3

O imperialismo e a estratégia do caos

No desespero diante do declínio inevitável, o imperialismo recorre ao que o geógrafo e professor da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Elias Jabbour, chama de “estratégia do

caos”, com guerra híbrida, convencional, além de sanções e protecionismo como armas de destruição em massa. Em entrevista para **O Bancário**, ele garantiu que “a China não é imperialista”. Página 2



Luz mais barata para 14,6 milhões de pessoas

Página 4

“A China não é imperialista”

Considerado um dos maiores estudiosos da experiência chinesa, o geógrafo e professor da pós-graduação em Ciências Econômicas e em Relações Internacionais da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Elias Jabbour, garante que “a China não é imperialista”. Ele foi palestrante do *Seminário Internacional de Formação Política e Sindical*, promovido pela CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), entre os dias 27 e 31 de janeiro, em Salvador, e concedeu entrevista exclusiva para **O Bancário**.

ROGACIANO MEDEIROS | imprensa@bancariosbahia.org.br

O BANCÁRIO - Como definir imperialismo no Século XXI, terceiro milênio?

JABBOUR – A definição de imperialismo no século XXI precisa ir além das visões simplistas que a reduzem à mera exportação de capitais. Eu retomo a concepção de Lênin, que via o imperialismo como “a reação em toda a linha”. Isso se manifesta como uma tendência à violência, à dominação externa e à submissão dos povos. No cenário atual, o imperialismo se expressa não apenas pela força militar, mas também por uma “estratégia do caos”, na qual os Estados Unidos, em sua fase de decadência hegemônica, utilizam o protecionismo, as sanções e a desestabilização para tentar manter sua posição. As tarifas e o dólar, por exemplo, tornaram-se armas de destruição em massa para subjugar nações.

O BANCÁRIO - O imperialismo só se materializa na forma belicosa dos EUA?

JABBOUR– Não, o imperialismo não se resume à forma belicosa. Ele se materializa também na atuação de instituições como o FMI e o Banco Mundial, que impõem um padrão de acumulação baseado na financeirização e em condicionalidades.

Essa é uma forma de dominação que perpetua a dependência e o subdesenvolvimento. A China, ao contrário, surge como uma alternativa, oferecendo financiamento para infraestrutura sem interferir nos assuntos internos dos países.

O BANCÁRIO - É possível afirmar que a China tenha objetivos imperialistas?

JABBOUR– A China não é um país imperialista. Classificar a China como tal é um “estupro conceitual”. Minha análise se baseia em sua história, filosofia e prática. A China se desenvolveu a partir de uma base agrária e de corpos filosóficos como o confucionismo e o taoísmo, que promovem a tolerância e a civilidade. Sua política externa reflete isso. A China busca o comércio, não a dominação. Enquanto o discurso dos EUA é de “liderar o mundo”, o da China é de “construir um futuro compartilhado”.

O BANCÁRIO - Você concorda que a hegemonia do macro poder global esteja se deslocando do Ocidente (EUA) para o Oriente (China)?

JABBOUR – Sim, concordo plenamente. Estamos vivendo uma nova época histórica, marcada pela decadência do im-



Elias Jabbour, geógrafo e professor

perialismo norte-americano e pela ascensão da China. A hegemonia dos EUA está em declínio devido à financeirização de sua economia, que a tornou incapaz de promover novas revoluções industriais, e à perda de sua capacidade produtiva. A China, por outro lado, construiu uma economia resiliente, baseada na produção real e no consumo interno, e alcançou uma posição estratégica em setores-chave, como o de terras raras. Essa transição de poder não é pacífica; ela gera um aumento da coerção internacional e da violência por parte da potência decadente.

O BANCÁRIO - Como o Brics pode ajudar a América Latina a enfrentar a nova versão da Doutrina Monroe e o mundo a conter a fúria imperialista?

JABBOUR – O Brics, e a presença chinesa em particular, representa uma janela de oportunidade histórica para a América Latina. Ele oferece uma alternativa à Doutrina Monroe ao apresentar-se como um parceiro que não impõe condicionalidades políticas nem interfere em assuntos internos. Para o Brasil, o momento exige uma abordagem estratégica com os chineses, buscando a partilha de tecnologias que nos permitam construir nossas próprias

cadeias produtivas e promover uma nova revolução industrial. O Brics é um instrumento fundamental para a construção de uma nova governança global multipolar, que pode ajudar a conter a fúria imperialista.

O BANCÁRIO - O Brics pode avançar para, além da parceria comercial, adotar uma espécie de proteção militar aos países membros do bloco?

JABBOUR – Eu acredito que, diante da crescente militarização global e da projeção de poder do imperialismo americano, a tendência inevitável para o Brics é transcender a cooperação puramente comercial e econômica. Para garantir a sobrevivência e a soberania de seus membros e do Sul Global como um todo, o bloco precisará se transformar em uma aliança estratégica de defesa. Não se trata apenas de uma disputa comercial, é uma “guerra híbrida, comercial e convencional”.

O BANCÁRIO - Com o fim do Tratado de Ialta e o desmonte da ONU, o que fazer por uma nova governança global, uma outra geopolítica?

JABBOUR – O mundo que emergiu do Tratado de Ialta e as instituições multilaterais como a ONU e a OMC estão em crise. Estamos em uma nova ordem mundial ultra protecionista e conflitiva, onde “quem pode mais, leva”. A resposta para essa nova realidade não está em apelar para as velhas instituições, mas em construir uma nova governança global a partir do Sul. Isso passa pela defesa intransigente da soberania nacional e pela retomada de projetos de desenvolvimento industrial. Para a esquerda latino-americana, é fundamental ajustar o discurso para esta nova época. A ascensão da extrema-direita é uma expressão de uma estratégia neocolonial. A construção de um mundo multipolar, com o Brics como um de seus pilares, é o caminho para uma nova geopolítica mais justa e equilibrada.

Sinais encorajadores

Previsões otimistas para campanhas salariais dos trabalhadores em 2026

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

O CENÁRIO que se desenha neste início de ano traz sinais encorajadores para as categorias que vão renovar os acordos coletivos de trabalho nos próximos meses. A economia equilibrada abre espaço para debates além de uma simples recomposição de perdas, mas com avanços concretos nas cláusulas econômicas e sociais.

Os dados mostram. Em janeiro, a maioria dos acordos (94%) garantiu aumento real dos salários, o que quer dizer índice acima da inflação. A elevação média foi de

2,12%. O estudo é do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), que analisou 364 negociações registradas até o início de fevereiro.

Para os bancários, que tradicionalmente protagonizam campanhas salariais de grande repercussão nacional, o momento sugere condições favoráveis, embora sem à mesa com o setor, disparadamente, mais poderoso da economia. No entanto, a experiência acumulada nas campanhas

anteriores pode contribuir para conquistas e ampliação de direitos históricos.



Ano começa com aumento real para trabalhador



Chapas 2 e 55 na Cassi

EM DEFESA de um plano de saúde justo e acessível para funcionários da ativa e aposentados do Banco do Brasil, o Sindicato da Bahia manifesta apoio às chapas 2 (Diretoria e Conselho Deliberativo) e 55 (Conselho Fiscal), denominadas *Cassi para os Associados*. A votação acontece entre os dias 13 e 23.

Funcionária aposentada do BB e candidata ao Conselho Deliberativo pela Chapa 02, Diusa Almeida esteve ontem no Sindicato, onde apresentou projetos na defesa da categoria.

Entre os desafios está a ampliação do credenciamento, sobretudo no interior, onde ainda



há carência de prestadores. Outro eixo considerado estratégico é o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, apontada como instrumento para reduzir custos e, principalmente, prevenir doenças e evitar o agravamento de quadros clínicos.

As chapas defendem a criação de redes referenciadas e temáticas, nas áreas de oncologia, cardiologia e saúde da mulher, integradas à Atenção Primária. A proposta prevê maior organização do atendimento, redução de desperdícios e mais agilidade nos tratamentos e autorizações.

Celular pessoal pode dar indenização

EMBORA errado, é cada vez mais comum a empresa obrigar o trabalhador a usar o celular pessoal para atividades laborais. Se tornou, de fato, uma ferramenta de trabalho. Além de responder mensagens no *WhatsApp*, o empregado até bate ponto.

O custo do aparelho e do pacote de dados, que deveria ser do patrão, é transferido ao trabalhador. O problema mora justamente aí, e não no simples fato de poder ou não utilizar o celular pessoal. Há casos em que a Justiça do Trabalho condenou a prática com pagamento mensal ao empregado, uma espécie de aluguel, por conta

do uso do aparelho para tarefas corporativas.

Pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), é o empregador quem assume o risco da atividade econômica. Por isto, nos casos em que há uso do aparelho pessoal para chamadas constantes, aplicativos que são obrigatórios e comunicação operacional a jurisprudência observa alguns pontos.

Em geral, a decisão judicial verifica se era parte fundamental da função e se houve gasto sem restituição. Algumas deliberações se baseiam no fato de que a transferência das despesas para o empregado deve gerar indenização.

Nos últimos tempos se popularizou o controle de jornada por aplicativo. O próprio governo reconhece o REP-P (Registrador Eletrônico de Ponto por Programa). Mas, não significa que a empresa possa exigir que o trabalhador use o telefone pessoal.



Celular pessoal não é corporativo

Luz mais barata

Tarifa de energia reduzida faz justiça para 14,6 milhões de famílias brasileiras. Inclusão

CAIO RIBEIRO
imprensa@bancariosbahia.org.br

O NOVO desconto social na conta de energia elétrica já está gerando impacto em milhões de famílias em todo o país, com mais de 4,1 milhões de lares beneficiados, o que representa cerca de 14,6 milhões de pessoas com redução no valor da fatura.



A medida, que entrou em vigor no início de janeiro como parte do programa *Luz do Povo*, integra um conjunto de políticas públicas voltadas para a inclusão energética e o combate à pobreza tarifária.

O benefício é aplicado automaticamente às famílias inscritas no CadÚnico (Cadastro Único) que têm renda mensal per capita entre meio e um salário-mínimo e que consomem até 120 kWh por mês, resultando em uma redução média de até 11,8 % na tarifa de energia elétrica.

Além de aliviar diretamente o orçamento das famílias com menor renda, a iniciativa amplia a proteção social ao assegurar que o acesso à energia um serviço essencial não seja limitado pelo baixo poder aquisitivo. A expectativa das autoridades é que o desconto atinja até 7 milhões de famílias, alcançando milhões de brasileiros nos próximos meses.

O novo desconto social também complementa outras fases do programa *Luz do Povo*, que já havia ampliado a gratuidade para consumo de até 80 kWh por mês em mais de 17 milhões de famílias, e reforça a necessidade de políticas públicas que enfrentem as desigualdades no acesso a serviços básicos.

Emprego reduz miséria no país

O ÍNDICE de Miséria no Brasil pode atingir, no primeiro semestre de 2026, o menor patamar desde o início da série histórica, em 2012, segundo projeções do Santander. De acordo com estimativas divulgadas pela CNN Brasil com base no relatório *Brazil Macro Special Report*, o indicador, atualmente em 11%, pode recuar para cerca de 9%, com leve oscilação no segundo semestre e encerramento do ano entre 9,5% e 10%.

O índice reúne dados de inflação e desemprego, medindo diretamente o impacto das condições econômicas sobre a vida da população. A combinação de controle de preços e queda na taxa de desocupação aponta para melhora concreta no poder de compra e maior estabilidade na renda das famílias.

A redução do indicador sinaliza que políticas volta-

das à geração de emprego, à dinamização do mercado interno e à proteção social produzem resultados reais. A valorização do trabalho e o fortalecimento do investimento produtivo demonstram capacidade de enfrentar desigualdades históricas e ampliar oportunidades. Bom para o Brasil e para os brasileiros.



A democracia social retoma o crescimento e gera empregos



SAQUE

Rogaciano Medeiros

GRANDE TESTE Amanhã, o pleno do STF vota a suspensão, determinada pelo ministro Flávio Dino, dos “penduricalhos” no serviço público, artifícios usados pelas elites, no topo da burocracia estatal, especialmente no Judiciário, para aumentos escandalosos dos salários. A votação acontece em meio a ataques da direita para dividir o Supremo e fragilizar a resistência democrática.

REPUBLICANA AÇÃO A informação de que as manobras para driblar o teto salarial constitucional aumentaram 43% em um ano e hoje sangram em mais de R\$ 10 bilhões o erário, confirmam o acerto da decisão do ministro Flávio Dino, do STF, de acabar com os “penduricalhos” no serviço público para multiplicar os salários dos que se acham donos do poder. Suprema ação republicana.

JUSTIÇA NEGADA Um Judiciário sem a mínima responsabilidade social, elitista, voltado exclusivamente para interesses pessoais, corporativos, que em vez de fazer Justiça, consagra privilégios. É a imagem que fica para a sociedade da reação organizada de magistrados contra a decisão do ministro Flávio Dino, do STF, de acabar com os “penduricalhos”. É a negação da Justiça, da República.

NUNCA FALHA Retrato fiel da direita nativa: ataca o STF por investigar funcionários federais que vendem dados sigilosos de autoridades, é contra o fim dos “penduricalhos” para engordar salários no serviço público, não aceita o combate ao feminicídio, tampouco o fim da escala 6x1, se opõe ao vale-gás, sempre quis acabar o bolsa família e demais programas sociais. Odeia povo.

NO CAMINHO... “Na primeira noite eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim. E não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem, pisam as flores, matam o nosso cão, e não dizemos nada. Até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz e, conhecendo o nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E já não podemos dizer nada”. Trump faz lembrar Eduardo Alves da Costa, no livro *No caminho, com Maiakóvski*.